



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Requer informações ao Ministério da Educação sobre o programa Pé-de-Meia, considerando os dados que apontam que em algumas cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais há mais beneficiários do que alunos matriculados.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Ministério da Educação informações sobre o programa Pé-de-Meia, considerando os dados que apontam que em algumas cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais há mais beneficiários do que alunos matriculados.

Diante disso, solicito que sejam prestadas as seguintes informações:

1. Como o governo verifica a elegibilidade dos alunos para evitar concessões indevidas?
2. Quais são as bases de dados utilizadas para verificar a matrícula e frequência dos estudantes?
3. Existe integração entre o MEC, estados e municípios para garantir que apenas estudantes efetivamente matriculados recebam o benefício?



4. Quais mecanismos estão sendo empregados para fiscalizar e auditar o programa? Existem investigações em andamento sobre possíveis fraudes?

5. Quais são os municípios da **Bahia, Pará e Minas Gerais** em que o número de beneficiários supera o de alunos matriculados? Qual a explicação oficial do Ministério para essa inconsistência?

6. Que ações o MEC pretende tomar para corrigir essas irregularidades e evitar novos casos?

## JUSTIFICAÇÃO

O Programa Pé-de-Meia foi criado com o objetivo de incentivar a permanência e a conclusão do Ensino Médio por meio de uma poupança para estudantes de baixa renda. No entanto, recentemente vieram à tona dados alarmantes que indicam que, em algumas cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais, o número de beneficiários do programa é superior ao total de alunos matriculados nas redes de ensino.

Essa discrepância levanta sérias preocupações sobre possíveis falhas na gestão do programa, concessões indevidas e até fraudes no pagamento dos benefícios. Além disso, a ausência de transparência na concessão desses valores pode comprometer a credibilidade do programa e resultar em desperdício de recursos públicos, prejudicando os estudantes que realmente necessitam desse incentivo para permanecer na escola.

O problema se agrava diante da falta de informações claras sobre os critérios de concessão, os mecanismos de fiscalização e a integração de bases de dados para evitar pagamentos indevidos. É fundamental que o Ministério da Educação esclareça quais ações estão sendo adotadas para corrigir essas inconsistências e garantir que os recursos públicos sejam destinados corretamente aos estudantes que atendem aos requisitos do programa.

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de transparência na gestão do dinheiro público, apresento este Requerimento de Informação, para que o Ministério da Educação preste esclarecimentos sobre as irregularidades identificadas e informe quais providências estão sendo adotadas para saná-las.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.

**Deputada DANIELA REINEHR**

